

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**PERSPECTIVAS SOBRE A PECUÁRIA DE CORTE
PRATICADA EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA
AGRÁRIA DO RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Andréia Nunes Sá Brito

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

PERSPECTIVAS SOBRE A PECUÁRIA DE CORTE PRATICADA EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DO RS

Andréia Nunes Sá Brito

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista**

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Verardi Fialho

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**PERSPECTIVAS SOBRE A PECUÁRIA DE CORTE PRATICADA EM
ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DO RS**

elaborada por
Andréia Nunes Sá Brito

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e
Educação do Campo**

Comissão Examinadora

Marco Antônio Verardi Fialho, Dr
(Presidente/Orientador)

Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dra (UFSM)

Clayton Hillig, Dr (UFSM)

Santa Maria, Agosto de 2011.

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

PERSPECTIVAS SOBRE A PECUÁRIA DE CORTE PRATICADA EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DO RS

AUTORA: ANDRÉIA NUNES SÁ BRITO

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCO ANTONIO VERARDI FIALHO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, Agosto de 2011.

Apesar de estudos mais contemporâneos e políticas públicas para agricultura familiar gaúcha considerarem a pecuária familiar como grupo específico desta categoria, a pecuária de corte continua sendo vista como atividade não desejável para a agricultura familiar, tampouco para o desenvolvimento dos assentamentos. Entretanto, a realidade produtiva dessas áreas apresenta cenário distinto do preconizado pelos setores ligados à reforma agrária. A presente pesquisa parte do pressuposto que tal produção está invisibilizada interna e externamente aos assentamentos. Nesta investigação foi realizada pesquisa de caráter exploratório e a ferramenta escolhida para a coleta dos dados foi a entrevista semi estruturada com análise qualitativa de forma e conteúdo, conduzida em assentamentos de Santana do Livramento. E, por intermédio dos resultados apresentados, pode-se inferir que se processa a dupla invisibilidade do pecuarista familiar assentado: enquanto grupo social e nos ambientes da reforma agrária. Seu trabalho, seus produtos e sua renda, são ignorados e ficam assim minimizados, bem como suas relações e estratégias de reprodução social perpetradas. Adicionalmente, o que se pode afirmar sobre a atividade é que: representa aproximadamente 10% da opção produtiva dos assentados da fronteira oeste; é desenvolvida por agentes locais e oriundos de outras regiões; tem como principais motivações o conhecimento sobre a atividade, menor risco relativo, maior adaptabilidade aos condicionantes regionais, e a menor demanda por mão de obra; aparece como monoatividade, mas também em conjunto com leite e arroz para fim comercial, ou com as “plantas de cercado” para autoconsumo; Os sistemas de criação mais praticados são cria e terminação.

Palavras-chave: Pecuária de corte. Reforma agrária. Pecuária familiar. Assentamentos.

ABSTRACT

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

PERSPECTIVES IN BEEF CATTLE FARMING IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: ANDRÉIA NUNES SÁ BRITO

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCO ANTONIO VERARDI FIALHO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, August, 2011.

Beef cattle production is still considered an undesirable activity for the development of agrarian reform settlements and family agriculture, despite the fact that contemporary studies and public policies for agriculture in Rio Grande do Sul approach it as a specific issue. Nevertheless, the actual production in those areas shows a different scenario from the one advocated by segments related to agrarian reform. This research starts with the assumption that such production is invisible in and outside the settlements. It was designed as an exploratory study, using semi-structured interviews to collect data in settlements in the city of Santana do Livramento, with qualitative analysis of form and content. The results obtained suggest that people engaged in beef cattle farming in the settlements becomes invisible both as a social group and within the agrarian reform environment. Their labor, products and income are ignored and thus minimized. Moreover, their social relations and strategies of social reproduction are perpetuated. Beef cattle production represents about 10% of the production by agrarian reform settlers on the western border of the state, carried out by locals and people from other regions. Their main motivations are the expertise in the trade, its relatively lower risks, greater adaptability to regional constraints and the need of less personnel. It is implemented as monoactivity, together with milk and rice for commercial purposes or with crops for on-farm consumption; the most practiced raising systems are growing and finishing.

Key-words: Beef cattle. Agrarian reform. Family livestock. Settlements.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos principais ciclos econômicos vivenciados na campanha12

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa de localização do município de Santana do Livramento no mapa do estado do RS.....23
- Figura 2 – Mapa com perímetro do município de Santana do Livramento destacando as áreas reformadas.....24
- Figura 3 – Bacias hidrográficas no município de Santana do Livramento.....24

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVOS	10
2.1. Objetivo geral	10
2.2. Objetivos específicos	10
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
3.1. Origem da categoria social denominada “pecuária familiar”	11
3.2. Sistema de Produção pecuária de corte familiar	16
3.3. A pecuária familiar nos assentamentos da reforma agrária	18
3.4. Hipótese.....	19
4. METODOLOGIA.....	21
4.1. Objeto de estudo.....	22
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
5.1. Descrições do cenário produtivo local.....	25
5.2. Descrições sobre o sistema produtivo da pecuária de corte	26
5.2.1 A Presença	26
5.2.2. A Invisibilidade	34
6. CONCLUSÕES	38
BIBLIOGRAFIA.....	41
ANEXO.....	44
Anexo A – Roteiro.....	44

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a pecuária esteve ligada ao setor do agronegócio, ou às grandes propriedades rurais, seja do ponto de vista simbólico, seja na concretude das relações mercantis. Entretanto, na última década, surgiram alguns apontamentos sobre a presença significativa de um tipo social diferente do que predominantemente é associado com a pecuária de corte. O “pecuarista familiar”, como ficou denominado pelos estudos iniciais, foi compreendido como parte importante no ciclo produtivo da pecuária de corte e das relações sociais processadas nas regiões de característica pastoril.

Atualmente, os estudos científicos, as políticas públicas e programas específicos para a agricultura familiar já mencionam e visam atingir também esse grupo social. Contudo, a pecuária de corte continua sendo vista como atividade não desejável ou que não deve ser priorizada para a agricultura familiar. Tampouco para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária, cuja realidade ainda é um tanto estereotipada segundo a idéia do “colono” imigrante. E, nesse caso, a pecuária de corte, predominante historicamente nas regiões das grandes propriedades rurais e visadas para os projetos de reforma agrária, tende a ser substituída por outras atividades agrícolas. E mais, tais atividades encontram possibilidade de serem desenvolvidas em função do acesso a financiamentos, das prioridades definidas pela organização social de origem de grande parte dos assentados, e, de forma muito significativa, pelo simbolismo atribuído à pecuária de corte como pertencente às estâncias.

Entretanto, a realidade produtiva dos assentamentos apresenta cenário distinto deste preconizado pelos setores ligados à reforma agrária. Parte importante dos assentados tem na pecuária sua atividade principal e/ou complementar, e os rebanhos são utilizados também como reserva de valor. São facilmente encontrados bovinos de raças mistas de corte andando pelas estradas internas dos assentamentos. A facilidade de mercado, o agroecossistema adaptado e o conhecimento adquirido por alguns podem ser fatores relevantes na opção pela manutenção da atividade, mesmo depois de assentados nos lotes. O contraditório é que em geral essa não figura como produção declarada, é ignorada pelo INCRA

para aplicação de políticas públicas e ignorada pela assessoria técnica e movimentos sociais como estratégica para o desenvolvimento regional dos assentamentos. Enfim, é uma atividade marginalizada e invisível.

O presente trabalho traz como questionamento principal quais seriam as diferentes percepções a respeito do sistema produtivo da pecuária de corte desenvolvido nos assentamentos da reforma agrária.

Visa aclarar esta contradição entre o declarado e o vivenciado nos assentamentos da reforma agrária no que tange à referida atividade. Estudando as declarações concedidas por tais agentes que convivem diretamente com a organização e a produção agrícola dos assentamentos, de forma a identificar os aspectos que compõem a referida invisibilidade da pecuária de corte.

Para tanto o estudo está apresentado neste documento organizado nas seções seguintes com a definição dos seus objetivos, sendo sucedida pela revisão bibliográfica acerca da origem histórica do tipo social definido como pecuarista familiar, das características dos sistemas produtivos desenvolvidos por esses atores e a especificidade desse conjunto nos assentamentos. Posteriormente fica colocada a hipótese considerada para a investigação, de dupla invisibilidade desse sistema de produção nos assentamentos, seguida pela definição da metodologia utilizada no trabalho. Em seguida estão apresentados os resultados e a discussão dos dados obtidos com o trabalho, divididos ente a presença e a invisibilidade desses elementos no espaço agrário dos assentamentos. Por fim, são apresentadas considerações conclusivas para o trabalho.

2. OBJETIVOS

Diante do cenário apresentado neste intróito, o presente trabalho propõe-se às seguintes metas:

2.1. Objetivo geral

- Identificar as visões presentes nos assentamentos sobre a atividade da pecuária de corte e seus reflexos nessa prática produtiva.

2.2. Objetivos específicos

- Verificar a visibilidade da pecuária familiar praticada nos assentamentos de reforma agrária;
- Identificar as opiniões dos diferentes agentes envolvidos com os assentamentos sobre esta atividade;
- Compor uma caracterização da atividade nesse contexto a partir das visões dos agentes.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. Origem da categoria social denominada “pecuária familiar”

A região de abrangência do estudo, a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, tem uma trajetória histórica que se particularizou essencialmente pela influência da pecuária como atividade produtiva, econômica e engrenagem de relações sociais.

Os processos que deram origem às principais dinâmicas econômicas vivenciadas por esta região do estado tem suas raízes na exploração dos rebanhos abandonados por jesuítas e indígenas sobreviventes, que se refugiaram a oeste do Rio Uruguai em função do avanço dos Bandeirantes. Os animais se reproduziram livremente e formaram grandes aglomerados populacionais na chamada Vacaria Del Mar. Esse gado começou a ser caçado e abatido, tanto por portugueses como por espanhóis, que vendiam o couro e o sebo aos comerciantes ingleses e franceses no estuário do rio Prata. (Da Ros, 2006, p.41)

Assim, a preia (captura) do gado xucro tornou-se, naquela época, o fundamento econômico básico da apropriação das terras gaúchas, que configurou por isso o **I Ciclo econômico** vivenciado pela região do pampa e pelo RS. Posteriormente outros fatos e atividades desencadearam sucessivos ciclos econômicos, como fica demonstrado no quadro a seguir.

Período aproximado	Atividades econômicas predominantes	Tipos sociais predominantes nas relações	Elementos que desencadearam a decadência
1682 a 1750	Caçadas ao gado das Vacarias; Venda de couro e sebo	- Padres jesuítas - Índigenas reducionados - Aventureiros mestiços e representantes da coroa portuguesa - Índigenas tribais	Demanda por carne nas Minas Gerais, ocupação do planalto por tropeiros paulistas, paranaenses e catarinenses
1750 a 1800	Criação nas estâncias e venda de gado para as tropeadas;	- Tropeiros - aventureiros, mestiços e índigenas tribais - militares - bandeirantes - índigenas oriundos das missões	Decadência da mineração, necessidade de produção do charque
1800 a 1835	Criação de gado, venda para as tropeadas, fabricação e venda do charque, comércio de escravos;	- mestiços, empreiteiros, posseiros - peões - estancieiros - militares e representantes da coroa portuguesa - escravos	Perda de matéria-prima da Cisplatina, conflitos entre a elite agrária gaúcha e o império
1835 a 1900	Criação de gado, venda para as tropeadas e transporte de trem, fabricação e venda do charque;	- peões - estancieiros - militares - escravos libertos, andarilhos - comerciantes e mascates - agregados e posseiros	Conflito intra-classe (Revolução Federalista), avanço da economia colonial e substituição da mão-de-obra escrava
1900 a 1930	Criação do gado, venda para frigoríficos, cultivo de lavouras, comércio de lã, uvas, milho, gado e couro	-imigrantes - peões - estancieiros - produtores de médio porte - desempregados, ex-escravos marginalizados -agregados e posseiros - servidores públicos	Diversificação produtiva, ampliação do crédito pelo Banco do Estado
1930 a 1990	Criação do gado, uso de tecnologia genética e sanitária, venda de animais para frigoríficos, arrendamento de áreas para lavouras, cultivo e venda de arroz, uvas viníferas, fabricação de vinho.	- estancieiros modernizados - estancieiros tradicionais - pecuaristas familiares - colonos - arroseiros - changueiros - peões - minifundiários	Modernização agrícola, implantação de assentamentos, crédito para a agricultura familiar, compra de extensas áreas e instalação de empresas de grande porte (laticínios e papeleiras)

Quadro 1 – Síntese dos principais ciclos econômicos vivenciados na campanha

Fonte: elaboração da autora

Quanto à configuração de um novo ciclo econômico a partir do período atual, podem-se fazer inferências sobre o impacto do grande número de assentamentos sendo implantados desde a década de 90 nos municípios de maior concentração fundiária do estado, pois esta mudança na estrutura fundiária representaria uma diferença real das fases anteriores. Também se deve levar em consideração o acesso dos agricultores e pecuaristas familiares, até então excluídos dos projetos de desenvolvimento envolvendo a região, às políticas públicas¹ e serviços já disponíveis nas regiões de predominância da agricultura familiar. Porém, outra tendência concorre com esta perspectiva apresentada, que é a da continuidade da inserção de grandes grupos empresariais adquirindo extensões representativas de terra. A concentração de terras vem se reconfigurando, há alguns anos, com indústrias de laticínios e, mais recentemente, com papelerias², que continuam a concentrar terra, mas representam uma mudança na forma de ocupar o meio rural, distanciando-o da trajetória histórico-cultural protagonizada pelas diversas categorias de produtores rurais que ainda predominantemente ocupam o território.

Suertegaray (2009) distingue três momentos de apropriação dessa região a partir da desterritorialização aborígine e territorialização luso-espanhola: o primeiro, quando da distribuição de sesmarias, de apropriação política da natureza como espaço de poder, não considerando-lhe como recurso; o segundo, a partir das articulações com o território nacional, demarcando as propriedades de exploração econômica do gado, mesmo que de maneira extensiva; um terceiro, de valorização da terra e ocupação do Estado, diversificando as atividades agrícolas e relações de trabalho, como, por exemplo, pelo arrendamento. O autor afirma que este último constituiu-se no momento de maior intervenção, incidindo diretamente sobre os ambientes frágeis do pampa, intensificando também a desertificação do ponto de vista da diversidade biológica (ou pela supressão de espécies, ou pela substituição por monocultivos).

Os problemas ambientais e sociais criados pela exploração baseada na estrutura do latifúndio, ocupando indiscriminadamente o território e explorando a mão-de-obra negra e mestiça, tem raízes profundas na história do pampa. O acesso à terra e aos meios de produção esteve pouco ou nada acessível às camadas

¹ Os primeiros acessos a crédito ocorreram pelo RS Rural (estadual) e PRONAF (federal) a partir da década de 2000, quando também chega à região o programa Luz para Todos (federal).

² Stora Enzo, Aracruz celulose, entre outras.

menos abastadas de distintas maneiras durante o decorrer dessa história. Já em 1823, o proprietário de charqueada e ideólogo do Liberalismo, Antônio Gonçalves Chaves, propunha a distribuição das terras devolutas aos lavradores na forma de lotes com cerca de 120 hectares. “E no caso de não existirem terras devolutas, o programa sugeria a desapropriação de parte das terras pela qual os beneficiados pagariam em prazos longos” (p. 263), o que, obviamente, encontrou grande resistência no latifúndio pastoril (ZARTH e GERHARDT, 2009).

Entretanto, a tese de existência de um vazio demográfico no pampa sob os domínios do latifúndio é refutada por alguns autores. Garcia (2005) apresenta um contraste nas declarações em relação à origem e extensão das áreas dos estabelecimentos maiores que a própria extensão territorial do município de Alegrete em 1857³. Dessas declarações, subtraiu que revelam “uma tentativa de expansão de domínios, por parte dos possuidores, que não se contentaram em declarar sua posse efetiva, mas tentaram também absorver áreas limítrofes, declarando extensões superiores às que seus estabelecimentos possuíam”, uma vez que os pequenos possuidores⁴ compareceram para fazer os esclarecimentos exigidos em relação aos limites de tais terras e declararam como suas uma parcela significativa delas.

Farinatti (2007) apresenta a composição de trabalhadores obtida nos registros anuais de uma estância de Alegrete entre 1851 e 1854, revelando a diversidade nos vínculos e na origem dessa mão-de-obra (interna e externa às estâncias). Para o autor,

[...] esses peões que permaneciam apenas poucos meses nos estabelecimentos não o faziam por terem uma índole inconstante, e sim porque aquela atividade não era sua única possibilidade de ganhar a vida mas, ao contrário, significava apenas um elemento em uma estratégia de sobrevivência mais complexa.

De acordo com os relatos, esse estrato social, mesmo significativo e ativo nas relações de trabalho e produção das estâncias e fora destas, ficava invisível diante da grandiosidade do latifúndio pecuarista. Farinatti (2007) sugere que “para parte expressiva dos que se assalariavam nas estâncias de Alegrete, ao menos na primeira metade do século XIX, a produção familiar era uma realidade ou um

³ Após a Lei de Terras, de 1850, as declarações e registros eram obrigatórios, no entanto, não o eram os documentos de comprovação do domínio.

⁴ De extratos de áreas até 50[□] e até 100ha.

horizonte”. Esses criadores possuíam rebanhos de até 500 reses e trabalhavam com os filhos em suas áreas. Alguns eram oriundos de famílias de grandes criadores que se descapitalizaram e criavam em áreas de herança sucessiva, outros eram os que conquistavam ou procuravam manter a condição de autônomo, com ou sem a propriedade de terra. As camadas superiores desse campesinato conseguiam inclusive ter acesso à mão-de-obra escrava e, mesmo no auge do ciclo das famílias, geralmente ela poderia surgir como complemento para sua produção. Alende (2005) percebe essa diferenciação dentro da categoria familiar na fronteira-oeste mesmo para períodos mais atuais. Identificou os seguintes tipos: Agricultores Familiares Clássicos, mais semelhantes aos “colonos”; Agricultores Familiares Pecuaristas de Origem Estancieira, originários do fracionamento sucessivo de áreas; Agricultores Familiares Pecuaristas de Origem Assalariada, que prestam serviços de forma sazonal; Agricultores Familiares Assalariados e com Rendas não-agrícolas, que são trabalhadores rurais, aposentados, com pequena área própria ou arrendada; e os Agricultores Familiares do Limite do Enquadramento Familiar, que possuem algumas características mais próximas da categoria patronal, como a extensão da área. Isso representa uma diversidade de estratégias, de relações de trabalho e formas de acesso aos meios de produção que persistem dentre os agricultores e pecuaristas familiares da região durante os séculos.

Já Ribeiro (2009) identifica como “pecuarista familiar” majoritariamente aquele produtor cuja origem vem da estância, pela herança patrimonial e cultural que esta o legou. Essa identidade cultural, fruto de uma construção imaginária com forma e intenções específicas, teria então determinado ações concretas na conduta desses indivíduos e na definição de seus modos de vida. O autor ainda salienta que “é importante entender que a identidade do gaúcho estancieiro permanece presente nos pecuaristas familiares embora sejam herdeiros “empobrecidos” da estância”, mas que, paralelamente, este grupo de gaúchos que observa como homogêneo vive uma duplicidade de valores. Dentre estes, Ribeiro (2009) atribui, ao estancieiro, a relação com a terra, com o cavalo e com o gado, e, ao peão, a subordinação, a subalternidade, a submissão e a passividade.

Fialho (2005) apresenta outros aspectos para essa identidade, na qual cabem dois tipos de representação da figura do gaúcho: “a primeira nata, herdada no sangue, e outra cênica, apropriada como instrumento de afirmação e “status”.” Em seu estudo dos Rincões, opta pela primeira, a qual mostra o gaúcho como

pertencente a grupo social marginalizado pelos latifundiários. A outra, criada pelo romantismo e incorporada pelos tradicionalistas, transfigurou o *gaúcho* em cavaleiro medieval.

Golin (2004) explica a forma hegemônica como a figura do gaúcho é propositadamente coligada com o perfil do estancieiro conservador, sendo “a expressão de um dos segmentos da modernidade, que procura dar “unicidade” a seres fragmentados, que recriam um tempo e uma sociabilidade imaginária, que, também, conforma a realidade.” Mecanismo pelo qual mantém develados e mesmo sob controle os conflitos de classe do mundo real e do imaginário dominado pelos estancieiros, “pilchado de idealidade”.

3.2. Sistema de Produção pecuária de corte familiar

Conforme salienta Ribeiro

A expressão “pecuarista familiar”, quando foi utilizada pela primeira vez tinha como objetivo identificar um grupo de famílias, até então “invisíveis”, pouco descritas e estudadas, que tendo o comportamento de agricultores familiares e pequenas áreas de terra, se dedica à bovinocultura de corte extensiva. (RIBEIRO, 2009 p. 63).

Ou seja, um grupo diferenciado dentro da categoria familiar que pode ser encontrado nas regiões de produção agrícola tradicionalmente vinculadas à pecuária de corte, sejam estas: Campos de Cima da Serra, Fronteira Oeste, Campanha e Serra do Sudeste.

Cotrim (2003), argumenta que esses produtores conhecidos como pecuaristas familiares não são beneficiados pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, pois não se reconhecem como pertencentes à categoria familiar, tampouco estão diferenciados dos grandes pecuaristas, faltando “parâmetros e conceitos que definam os limites entre este “tipo” de agricultor familiar, o patronal e o empresarial”. Contudo, em seu trabalho, o próprio autor aponta uma divisão segundo o perfil da mão-de-obra e da relação com o mercado.

O estudo de Porto (2010) ainda aponta que

[...] em termos de área, a pecuária familiar é constituída por unidades rurais relativamente pequenas diante do caráter extensivo da produção animal.

Além disso, tal produção se desenvolve em ambientes considerados frágeis do ponto de vista da potencialidade agrônômica das áreas, ou seja, de baixa superfície agrícola útil (SAU). (PORTO, 2010, pág. 485).

Algumas constatações da representatividade numérica desses atores sociais também foram apresentadas por Ribeiro(2009), sendo que “Estes trabalhos constataram que o número desses "pecuaristas familiares" é extremamente significativo com cerca de 45.000 famílias no Rio Grande do Sul (aproximadamente 10% dos produtores rurais do estado).”.

Sobre a origem dos pecuaristas familiares, tanto Cotrim (2003), quanto Alende (2005) salientam a influência da procedência social e forma de aquisição da terra como fatores influentes nas formas de organização produtiva. Entretanto, Ribeiro (2009) conclui que essa origem não altera diretamente a lógica de reprodução social e a condução das atividades de criação dos animais, o que é visto de maneira distinta por Alende(2005). Este autor, assim como Cotrim(2003), indica com os resultados de seu trabalho que mesmo a escolha dos sistemas de produção praticados por este tipo de agricultor familiar (e seus subtipos) tem forte ligação com sua origem social.

Para Porto (2009), nos diferentes tipos de pecuaristas que podem ser identificados “As lógicas de produção e a base das atividades produtivas são similares, porém os recursos, as produções, os aspectos de comercialização, o acesso às informações, bem como os anseios expectativas variam.” Nessa mesma lógica, Neske (2009) argumenta que a categoria nucleante da agricultura familiar - Terra, trabalho e família - mantêm-se como elemento organizador de uma representação tradicional da “condição camponesa” mesmo com a inserção dos pecuaristas familiares no processo mais geral da mercantilização. No estudo dessa inserção dos pecuaristas na cadeia da carne, Sandrini (2005) constatou que a maioria está na atividade por tradição familiar ou pela safistação que a mesma lhe proporciona e de outra parte porque a mesma lhe garante sustento da família e ocupação dos seus membros. O que demonstra que a motivação para a manutenção da atividade não está ligada à obtenção de lucro (SANDRINI, 2005 p. 75). Sobre a forma de comercialização, a autora obteve respostas indicando que a venda se dá conforme a necessidade de dinheiro, conforme a atratividade do preço pelo período do ano, e os que vendem quando os animais estão prontos para o abate, sendo que um pequeno percentual afirma receber diferencial pela qualidade

ou pela diferenciação racial. Indicando, contanto, a fragilidade das relações com o mercado e o baixo grau de especialização da atividade produtiva nesse estrato social.

3.3. A pecuária familiar nos assentamentos da reforma agrária

São raros os estudos que mencionam a prática da pecuária de corte dentro dos assentamentos de Reforma Agrária. Porém, o autor Cláudio Ribeiro dedicou atenção especial a este tópico no estudo conduzido sobre o modo de vida dos pecuaristas familiares do RS, cujas constatações são apresentadas a seguir.

Quanto à concepção sobre a pecuária de corte quando da implantação dos assentamentos na região, conforme descreve Ribeiro (2009)

A concepção existente (e os discursos da época) era de que a região, baseada no “latifúndio improdutivo” e na bovinocultura de corte extensiva, atrasada e conservadora, mantinha-se em um estado de depressão econômica, que só poderia ser alterado a partir da modificação da estrutura fundiária. Atrás disso, viria naturalmente a mudança da matriz produtiva e a modificação da economia local e regional.

Entretanto, essa máxima não se concretizou, transformando muitos assentados, inclusive os de origem da região colonial, tradicional da agricultura familiar diversificada, em pecuaristas familiares. O que ocorreu apesar da diferença cultural, da formação política contrária e do desconhecimento inicial do manejo produtivo na atividade da pecuária de corte.

A opção por essa atividade produtiva nos assentamentos tem as mesmas premissas identificadas para os pecuaristas familiares historicamente estabelecidos na região de estudo: segurança, estabilidade, relativa autonomia e menor vulnerabilidade. Os assentados pecuaristas familiares estudados pelo autor vivenciaram sucessivas frustrações com as lavouras, em função das restrições climáticas da região da campanha, e viram no gado de corte uma oportunidade de produzir renda de forma mais segura, mesmo que em menor proporção. Tanto as condições naturais quanto as estruturas de mercado da região colaboraram para esse encaminhamento, mas outro fator preponderante foi a possibilidade de realizar as atividades produtivas mesmo com mão-de-obra restrita. Além disso, a utilização

regional dos bovinos como moeda de troca também propiciou a inserção inicial de animais nos lotes de alguns assentados que prestavam serviços, como forma de pagamento para estes. No sistema de criação implementado pelos assentados percebeu da mesma forma a semelhança com os demais pecuaristas familiares estudados, pois predomina a produção de terneiros (sistema de cria).

Em relação à necessidade de apoio para o desenvolvimento da atividade, Ribeiro (2009) aponta algumas restrições,

Ou seja, as políticas de crédito para os assentados não permitem o investimento em bovinos de corte, por não se tratar de uma atividade da pequena propriedade, nem da agricultura familiar e muito menos de assentados (RIBEIRO, 2009, p. 253).

Na caracterização dos pecuaristas familiares, Ribeiro (2009) identifica elementos comuns entre os assentados e esse tipo de agricultor familiar tradicional na região, argumentando que “o modo de vida dos pecuaristas familiares se reproduz nos assentados e nas suas atividades.” (p. 252) Corroborando para a noção de que esse modo de vida apresenta-se como uma lógica de sobrevivência adaptada às condições ambientais, econômicas e sociais da região.

3.4. Hipótese

A pecuária familiar não fora reconhecida nem autorreconhecida como categoria social porque sua presença histórica é ignorada. Mesmo os estudos atuais mais representativos sobre a categoria, assumem apenas uma parte dos grupos sociais que a compõem como pertencente a esta, ou seja, o de origem estancieira, herdeiros empobrecidos dos contínuos processos sucessórios do latifúndio pecuarista. Então, esses estabelecimentos familiares continuam a estar confundidos entre as grandes propriedades da pecuária extensiva, pois não há identificação clara das distinções entre estes. Grande parte dos seus atores não acessa políticas públicas, mercados organizados e mesmo serviços básicos, por não haver a representatividade social consolidada.

Já para a realidade dos assentamentos, a pecuária de corte não é desejada como atividade produtiva. Nem pela organização social de luta pela reforma agrária,

o MST, tampouco pelo órgão de estado responsável pela estrutura e funcionamento dos assentamentos, o INCRA. O MST estabelece periodicamente linhas produtivas prioritárias, de modo a concentrar esforços para articulação política e assessoria técnica, constando atualmente de: bovinocultura de leite, fruticultura e hortaliças, arroz. Visando atender com essa produção principalmente o mercado institucional (alimentação escolar e estoques da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB). De outro lado, o INCRA disponibiliza os investimentos iniciais para o fomento à produção quando da implantação dos projetos de assentamento, tendo a possibilidade de aquisição de aves, matrizes de leite e suínos, sementes de olerícolas, ferramentas e equipamentos, entre outros itens similares. Não figurando, para nenhum dos casos acima descrito, a pecuária de corte, mesmo esta estando presente nos assentamentos, inclusive naqueles recentemente implantados.

Portanto, supõe-se que a pecuária de corte está duplamente invisibilizada nos assentamentos. Primeiramente, pela condição geral da pecuária familiar e, em segundo plano, pela negação desse sistema de produção por parte dos diferentes agentes que estão envolvidos diretamente na produção agrícola dos assentamentos.

4. METODOLOGIA

De modo a alcançar os propósitos do trabalho, foi realizada pesquisa de caráter exploratório a cerca do tema, justamente por haver raríssimas menções a este em estudos acadêmicos ou mesmo em materiais voltados para a realidade da reforma agrária. Esse tipo de pesquisa tem como característica a obtenção dos elementos necessários para um estudo mais completo e mais complexo acerca do tema central. Pode ocorrer de forma empírica como também em forma de revisão de literatura existente sobre o fenômeno, ou através de entrevistas com pessoas experientes no assunto.

A ferramenta escolhida para a coleta dos dados foi a entrevista. Para Haguette (1997) apud Boni e Quaresma (2005), através da entrevista é possível obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos, onde os dados subjetivos serão confirmados através de fontes secundárias. Já os dados objetivos só poderão obtidos através da entrevista, pois eles se relacionam com os valores, as atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados. O tipo de entrevista utilizada na presente investigação será a denominada por Matos e Vieira (2002) como entrevista por pautas ou semi-estruturada, pois foi organizado um roteiro contendo 7 perguntas, dando margem a diversas formas de resposta. Este instrumento permite que o entrevistado fale sobre tópicos relacionados a um tema específico, previamente definido pelo pesquisador. Nesse caso, uma maior clareza nas respostas e na análise dos dados pode ser obtida se respeitada uma seqüência lógica de pensamento, tornando o roteiro compreensível ao entrevistado. Para isso, o roteiro iniciava por questões de cunho mais geral, enfocando as características locais da produção agrícola do município, ficando para o final as questões específicas e de opinião pessoal. O roteiro utilizado para as entrevistas está anexado ao final deste documento (Anexo 1)

A análise dos dados foi qualitativa, observando o conteúdo e a forma das declarações obtidas. Conforme a obra “Pesquisa Social”:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha como universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como

parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, DESLANDES e GOMES, 2007, p. 21).

A escolha dos entrevistados seguiu o caráter não-aleatório, compondo uma amostra dirigida, conforme a identificação dos grupos de interesse. Na primeira fase foram identificadas as instituições a serem consideradas no estudo, considerando o critério do contato direto com o público e com o sistema produtivo em questão. Foram estas: (I) Coptec – assessoria técnica; (II) Secretaria da Agricultura – acompanhamento das cadeias produtivas locais; (III) Coperforte – cooperativa de produção e comercialização dos assentados da fronteira. Para cada instituição foi realizada entrevista com um representante indicado localmente, exceto para a situação ocorrida durante a entrevista de participação de mais de um representante na Secretaria da Agricultura. A partir das declarações destes informantes, apreendeu-se que o critério mais adequado para a estratificação dos agentes da pecuária nos assentamentos com vistas ao presente trabalho seria sua origem regional.

Então, mapearam-se os perfis de assentados pecuaristas a serem procurados para a fase seguinte e optou-se por dois extremos: (i) um representante de pecuarista originário da região, peão da antiga estância de origem do seu assentamento, e (ii) um representante de pecuarista originário de outra região e ligado ao movimento social.

As entrevistas foram transcritas manualmente, efetivando, já no momento da entrevista, alguns destaques considerados necessários à análise.

4.1. Objeto de estudo

O município de Santana do Livramento foi escolhido por sua representatividade no universo dos assentamentos, possuindo projetos já com 20 anos, bem como alguns com apenas 6 anos de implantação. Tem uma organização social historicamente alicerçada no latifúndio pastoril, e por isso tornou-se foco para a reforma agrária a partir da década de 1990. Localiza-se na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Distante em 498 Km da capital Porto Alegre, limita-se ao Norte com

os municípios de Alegrete, Rosário do Sul e Quaraí, ao Sudeste com Dom Pedrito e ao Sul com a República Oriental do Uruguai.

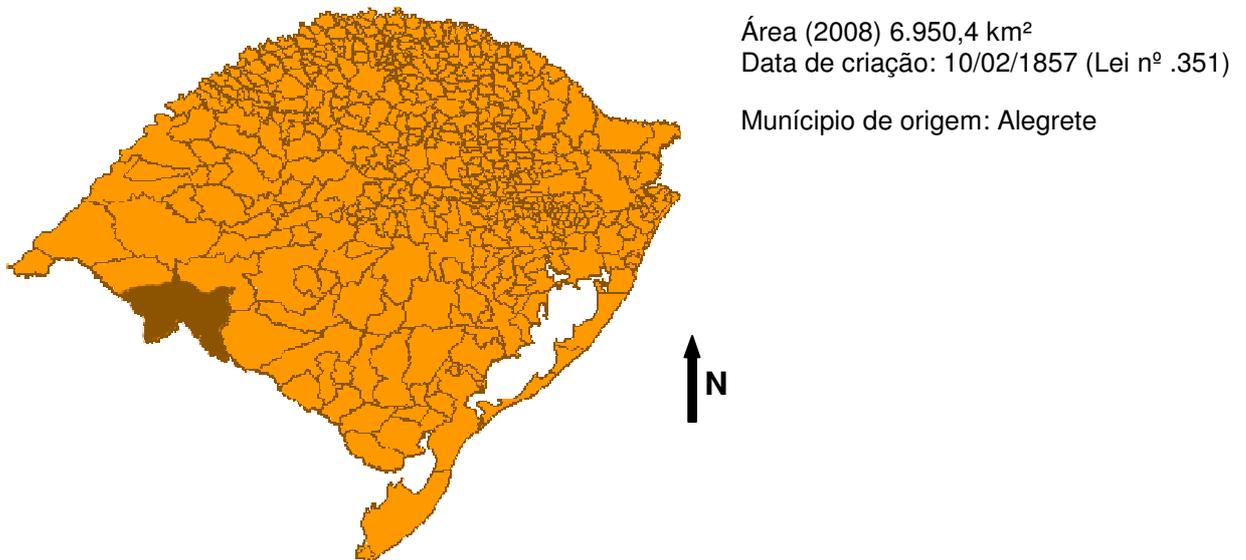


Figura 1 –. Mapa de localização do município de Santana do Livramento no mapa do estado do RS.

Fonte: FEE - Fundação de Economia e Estatística. Disponível em:
http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Santana+do+Livramento>Acesso em: 22 jul 2009

O município abriga atualmente 31 Projetos de Assentamento, os quais estão sob gestão federal, ou estadual ou compartilhada. Todos na porção leste do município e na bacia hidrográfica do Rio Santa Maria, conforme demonstram as figuras a seguir.

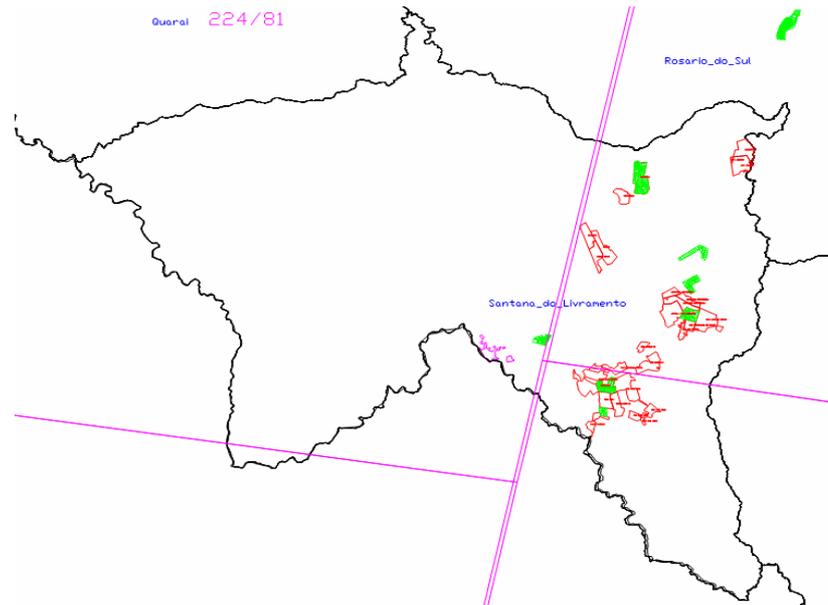


Figura 2 – Mapa com perímetro do município de Santana do Livramento destacando as áreas reformadas.

Fonte: MDA/INCRA (2009)

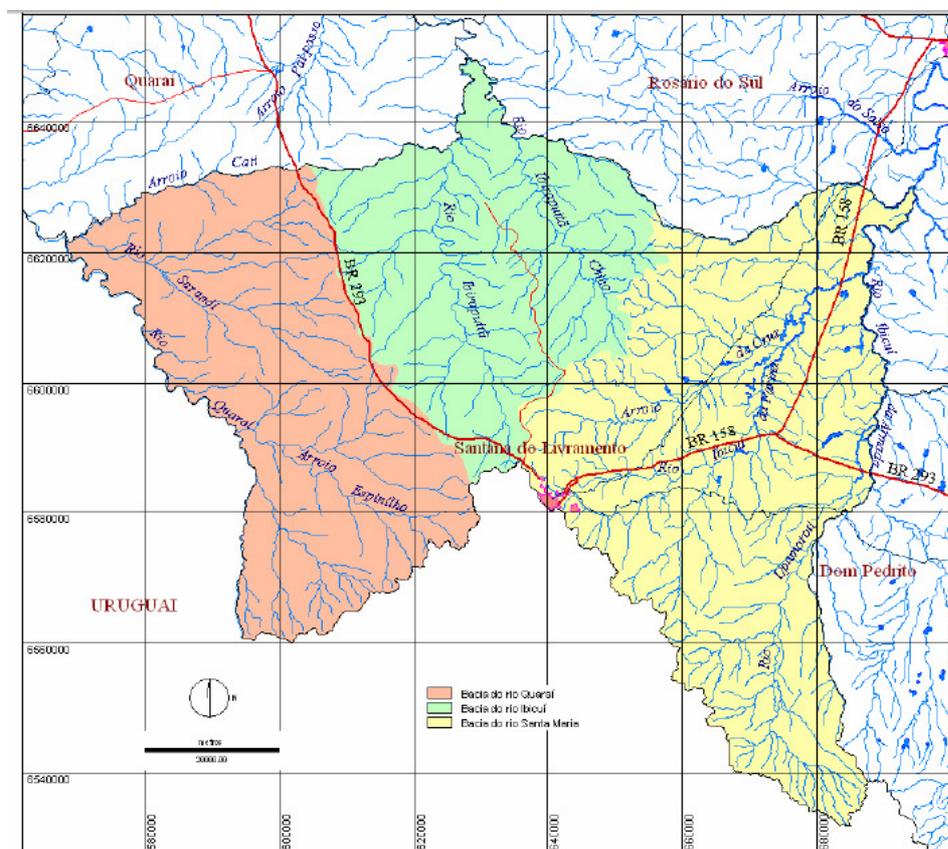


Figura 3 – Bacias hidrográficas no município de Santana do Livramento.

Fonte: <http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacia_uru_santamaria.asp> Acesso em: ago 2009.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, utilizou-se como lógica de encadeamento dos elementos analisados a mesma que fora proposta para o questionário aplicado. Iniciando pela percepção da realidade agrícola do município, restringindo posteriormente aos assentamentos e, especificamente, para as condições de desenvolvimento da pecuária de corte nesses ambientes.

5.1. Descrições do cenário produtivo local

De maneira geral as falas dos agentes apontaram para uma caracterização da produção agrícola do município a partir das grandes culturas, ou seja, aquelas cujo processo produtivo é mais especializado e conta com mercado organizado. Destacando-se as citações sobre soja, arroz, milho, leite e frutas (especialmente uvas). Ou então, imbuídos da intencionalidade, como para a cooperativa, direcionou-se o foco para a produção leiteira ao declarar que

A produção de leite é que tem ampliado dentro e fora dos assentamentos. Já são mais de mil famílias entregando. [...] Nos assentamentos quem está melhor é que está na atividade do leite, que também estão na atividade de grãos. O leite é destaque pelo número de famílias envolvidas (entrevistado n. 1).

De parte da gestão municipal, indicam para os assentamentos

Principalmente o leite, através da Coperforte e da Coptec que dão assessoria. A Secretaria de Agricultura também tem corpo técnico e a patrulha agrícola. Vê que foram muito abandonados por esse modelo de reforma agrária. O INCRA não consegue dar infraestrutura. Onde os assentados se organizaram, conseguiram algo mais (entrevistado n. 2).

A atividade exclusiva de criação foi citada como algo mais ligado ao passado, como nas considerações sobre o município:

“O rebanho de ovinos se mantém, o maior do estado, mas a pecuária já não tem tanta força” (entrevistado n. 1);

“Ainda tem pecuária de corte extensiva, mas com foco nos nichos de mercado. Criação de ovinos tendendo à carne e grandes cabanhas.” (entrevistado n. 3) ou;

“O principal está na agricultura. [...] Depois, a base mesmo seria a pecuária de corte. Para a ovinocultura está sendo desenvolvido programa de incentivo, principalmente na agricultura familiar”. (entrevistado n.2)

Já para os pecuaristas familiares entrevistados, a pecuária figura como um mundo em si na realidade produtiva local. Encontraram nela a facilidade de reproduzir seu modo de vida⁵ e experiência acumulada, ou mesmo uma forma de adaptar-se às condições produtivas locais, como fica declarado respectivamente nas falas:

“Pecuária é o que rende. Tem gente que lida com o leite, mas tem que ter dinheiro para investir. [...] Tem gente que diz que dá, mas eu não sei. E os granjeiros, que se lavam no arroz.” (entrevistado n. 4);

“Quem veio de fora e investiu na planta, não se deu bem. A pecuária é mais garantido. E no município predomina mais é a pecuária.” (entrevistado n. 5)

E, no caso dos assentamentos, aduzem para sua realidade agrícola:

“Pra mim é o gado de corte, de leite não adianta. Plantam também, milho, mandioca, batata-doce, feijão, e muitos trabalham com o leite.” (entrevistado n. 4);

“É dividido, tem uns 5% que lida com planta, 10% que lida com corte e o resto é com leite, porque é um salário.” (entrevistado n. 5)

5.2. Descrições sobre o sistema produtivo da pecuária de corte

5.2.1 A Presença

Estão apresentados nesta seção os elementos que confirmam a presença efetiva da pecuária de corte nos assentamentos, atores envolvidos, sua forma de agir e relações estabelecidas com o meio.

⁵ Uma forma de tradução para o termo inglês “livelihoods”, referindo-se ao conjunto de estratégias adotadas pelos indivíduos em seus grupos sociais ao longo de suas trajetórias históricas.

Ribeiro (2009) apresenta os assentados que optaram pelo desenvolvimento da pecuária de corte como sendo essencialmente os colonos frustrados pela agricultura, atraídos pelas facilidades do mercado local e/ou limitados pela pequena disponibilidade de mão-de-obra.

Esses elementos realmente aparecem também nas investigações do presente estudo. Pois a região dispõe um potencial natural ao desenvolvimento da pecuária, ao passo que apresenta algumas restrições ao desenvolvimento de certos cultivos. E esses fatores forma logo percebidos pelos assentados. Conforme afirma Chelotti

[...] Evidenciou-se que essa foi a primeira adaptação que teve que ocorrer. Assim, mudou-se a relação homem x meio, já que seus saberes ligados ao clima tiveram que ser reavaliados, como período de plantio que é diferente, o rigor do frio no inverno por ser campo aberto, e o déficit hídrico no verão que restringe o cultivo de certas lavouras (CHELOTTI, 2006, p. 08).

Somando-se a esta percepção está a de um dos entrevistados: “E o comércio garantido fomenta” (entrevistado n. 3). Indica assim, que os condicionantes para definição e escolha dos cultivos e criações não são apenas de ordem natural, mas também econômicos, pela característica da estrutura de mercado regional.

Contudo, para além da constatação de que foram essencialmente os atores externos que chegaram a essas conclusões e optaram pela pecuária, afirmamos com o presente estudo que também o fizeram aqueles agentes locais, já ligados com a atividade. E, ao que tudo indica, os condicionantes históricos e culturais também estão presentes nos assentamentos para esses grupos locais.

Em seu trabalho sobre os assentamentos da região, Chelotti constata que “mais de 90 % dos colonos sem terra são provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul”, com o que podemos inferir, por outro lado, a presença de até 10% de atores sociais pertencentes a este mesmo território. Esse autor apresenta dados em 2009 demonstrando que

Nos últimos anos, no entanto, a presença de “nativos” tem aumentado nos assentamentos mais recentes. De acordo com o dirigente regional do MST, até o ano de 1996 não existiam nos assentamentos de Sant’Ana do Livramento indivíduos da própria região, mas em função das ações de base realizadas pelo movimento nos municípios circunvizinhos, indivíduos da própria região estão ingressando no MST[...] (CHELOTTI, 2009, p. 186).

Pode-se constatar que uma parte deles está ligada também à origem assalariada na estância, tendo em vista a garantia legal dada aos funcionários das propriedades destinadas à reforma agrária de receberem um lote e permanecerem

no local, em geral usufruída por estes. E esta distribuição percentual dos assentados tem correlação com a atividade produtiva desenvolvida nesses ambientes, conforme apresentado na seção anterior.

Sobre o seu assentamento, o entrevistado n. 4 diz que “De 43, são quatro que lidam com pecuária, são de Livramento e trabalhavam junto.” Dessa forma, a pecuária de corte praticada nesses assentamentos é feita em grande parte pelos agentes do local, como afirma também o entrevistado n. 3: “É um sujeito que é o campeiro, domina a atividade, por isso são aqueles que já eram daqui.” E, nesse sentido, tendo em vista o domínio e a experiência com a atividade, o entrevistado n. 5 declara que em seu assentamento, “De 58 lote, tem uns 5 que trabalham com pecuária, são os que já tinham conhecimento ou os que trabalhavam na estância. Para o entrevistado n. 1, “São famílias pequenas, um solteiro ou apenas o casal.”, referindo-se de maneira mais enfática à relação com a pouca demanda de mão-de-obra da atividade.

Esses podem ser comparados com os Agricultores Familiares Pecuáristas de Origem Assalariada (AFPOA) e os Agricultores Familiares Assalariados e com Rendas Não-agrícolas (AFA-RNA) identificados por Alende (2006), ou com os Agricultores Familiares Assalariados e changueiros e os Aposentados encontrados por ocasião de estudo precedente a este conduzido em 2010⁶.

O entrevistado n.3 procurou salientar em sua fala a estratificação que identifica entre estes assentados dedicados à pecuária de corte.

Existem diferenças: aqueles que fazem reserva de valor no gado e desenvolvem outras atividades; tem os pecuaristas familiares mesmo, com pecuária de corte como atividade principal; e outros que, por estarem em outras funções (motoristas, dirigentes do MST, etc), colocam o gado no seu e em outros lotes.

Tem também os que utilizam a área de arroz para engorde (região da Faxina) e giram bastante com compra e venda.

Nos assentamentos mais distantes e sem estrutura, predomina.

Tem ampliado a criação de ovelha (é gente que tem a cultura da região) utilizando o Pronaf, inclusive.

Para os que tem pouca mão de obra, também cultivam nozes comercial, porque foi uma atividade fomentada. E uma empresa de óleo de oliva vai fomentar esse cultivo também. (entrevistado n.3)

⁶ SÁ BRITO, Andréia Nunes. **Entre o corredor e a estância: dinâmicas sociais e produtivas na APA do Rio Ibirapuitã.** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. 2010, 160 p.

As demais afirmações sobre as características do sistema de produção referem-se, de parte dos agentes externos:

- À sua lógica:

“Produzem na mesma lógica dos grande” (entrevistado n. 1);

“Eles não tem a unidade que o produtor de leite tem em função dos resfriadores, da cooperativa.” (entrevistado n. 3)

Tem um grupo que inclusive inverna, entrega 20 animais prontos por mês. Esses vieram para região de corte e se prepararam com pastagens permanentes, suplementação de cocho, pastagens anuais). Os que estão melhor também produzem grãos.

Os outros fazem cria e recria, mas como o fazendeiro. Esses buscam pecuária como atividade segura, de menos risco. Vendem outros produtos (uva, hortaliça, mandioca), mas dizem que o corte dá renda. Mas trabalham mal orientados (raças, manejo). (entrevistado n.2B)⁷;

- Aos entraves:

“Pra dar certo nos assentamentos teria que passar por mudança, principalmente na bóia, produzir e armazenar para o inverno (período crítico). E, no geral, leite e corte, precisaria fazer melhoramento de campo nativo.” (entrevistado n. 1);

“Até porque nos assentamentos são 18 hectares, não tem como ter algo de significativo na pecuária de corte.” (assentado n.2);

“É difícil lidar com eles, porque a orientação é guiada por eles, não é a mais correta – refere-se ao MST. Não estão satisfeitos com a assistência. Alguns buscam orientação da região (Emater, Sec. da Agricultura) e estão melhor.”(entrevistado n. 2B);

Já para os assentados, as principais referências são quanto:

- À forma de fazer:

Ainda não fazem piquete. Uns porque não querem, tem recurso, outros porque não podem. Eu acho que tem que ser assim, porque o animal rapa e aí tem que largar pra fora e esperar levantar. Quando rapa tem que dar sal e ração, porque não dá pra soltar pra o campo, nem todos tem o lote tapado. (entrevistado n. 4)

Primeiro lugar ninguém investiu em cerca, então não tinha como segurar dentro do lote esses animal de campo, não muito manso. Quem não se planeja para garantir uma renda por mês, não consegue segurar dinheiro da renda.

⁷ Inseriu-se na entrevista de outro agente de sua instituição, o entrevistado n. 2.

[...] A maioria é pra vender terneiro. Eu acho complicado pelo envolvimento, 1 ano e meio tira só 500 pila por terneiro, e comprando vaca pra engorde tira limpo uns 400 em pouco tempo. E vende direto pra o frigorífico.

[...] Separo o gado de leite do de corte. Arrendo dos que não conseguem ocupar todo o lote, aqueles que já eram lavoura, mais limpo, e faço milho e azevém. (entrevistado 5)

- À dificuldade com assistência técnica específica:

É difícil, não vem ninguém. Fazem reunião na cidade e para o leite. Antes tinha reuniões na sede, agora parou. [...] Só tinha na época da fazenda, que fazia curso, o capataz era inseminador. Não tem quem venha ajudar, pra piquetear, fazer uma pastagem. (entrevistado n. 4).

“Praticamente não tem, tem os encarregados, mas às vezes nem transporte ou gasolina tem pra chegar.” (entrevistado n. 5)

Tais colocações remetem à realidade em geral dos pecuaristas familiares da fronteira oeste do RS, desenvolvendo sua produção, alheios às políticas públicas e às organizações do setor. Aparecem, dessa maneira, elementos identificados com o modo de vida da categoria, tais como: opção pela atividade, sobretudo pelo conhecimento acumulado a seu respeito; relativa autonomia em relação ao mercado, pecuária como atividade principal, mesmo que não seja a maior fonte de renda monetária; menor risco relativo.

Presentes nas estratégias

Nesse mesmo sentido estão as estratégias de produção e reprodução social⁸ engendradas pelos assentados pecuaristas familiares, que demarcam sua efetiva presença nesses ambientes.

Foram identificadas por Sá Brito (2010) como principais estratégias para os pecuaristas familiares estudados em seu trabalho: criação do gado nos corredores, como forma de ampliação da área produtiva e acesso à pastagem natural; vendas conjuntas, utilizadas principalmente por grupos familiares para acessar aos mercados; o arrendamento por animal em pastoreio. E, destacada por Ribeiro (2009) como prática recorrente, a troca de serviços.

⁸ A expressão refere-se à capacidade de manter, ou seja, reproduzir ao longo do tempo as condições socioeconômicas que proporcionam ao indivíduo ou à família no atual padrão de vida.

Este mesmo autor levanta outra questão referente às estratégias engendradas pelos assentados, referindo-se ao arrendamento por parte dos pecuaristas de outros lotes subutilizados. Esse tema também é abordado por Chelotti (2009), mas tendo como foco o arrendador, que obtém a renda da terra, e o cultivo do arroz, como principal atividade ocupante dessas áreas arrendadas. No presente estudo, o arrendamento de outros lotes foi a opção mais recorrente nas declarações dos entrevistados para o desenvolvimento da pecuária de corte nos assentamentos.

No trabalho concluído por Chelotti em 2009 aponta como estratégias de adaptação dos assentados à realidade dos assentamentos na fronteira sudoeste leite com uso do campo nativo, a produção de sementes de hortaliças na região sul e inclusive o arrendamento.

E, diante dos indicativos de seu próprio trabalho, dos estudos de Ribeiro (2009), bem como pelos apontamentos do presente estudo, indicamos a adoção da pecuária de corte nos assentamentos, de maneira geral, também como uma estratégia de adaptação e reprodução social dos assentados da fronteira oeste.

Presentes nas relações

“A reterritorialização dos sem-terra no sudoeste gaúcho pode ser identificada a partir de três grandes expressões: a econômica, a política e a cultural.” (Chelotti, 2009) E, utilizando a lógica territorial para analisar a presença dos pecuaristas familiares assentados, há que se observar como se processam suas relações nesse espaço.

Segundo os apontamentos de Ribeiro

A trajetória dos assentamentos de reforma agrária na região foi se modificando no decorrer dos anos. Ocorreram inúmeras frustrações com as lavouras de grãos.

As questões climáticas acabaram estimulando a busca de alternativas produtivas, como a produção de sementes de hortaliças e a produção leiteira.

Alguns assentados tiveram relativo sucesso nestas novas atividades. Apesar disso, no decorrer do tempo alguns dos assentados passaram a se dedicar à bovinocultura de corte. Surgiram, então, os “assentados pecuaristas familiares”, que passaram a repetir o modelo da agricultura familiar (diferenciada) historicamente estabelecida na região (RIBEIRO, 2009 p. 249-250).

Nesse processo de reorganização do espaço e das relações, expressadas também pela produção agrícola e que Chelotti(2009) opta por denominar de reterritorialização, influenciou tanto os agentes externos quanto os internos ao território regional.

Portanto, no decorrer do processo de reterritorialização evidenciam-se algumas diferenciações socioculturais, principalmente, em relação ao uso e ocupação da terra no assentamento, uma vez que os sem-terra oriundos do norte do Rio Grande do Sul, inicialmente, dedicam-se mais a cultivar lavouras e os sem-terra da própria região dedicam-se à pecuária de corte e à prestação de serviços para terceiros (CHELOTTI, 2009, p.192).

E, como essa dinâmica ocorre em nos dois sentidos (interno e externo), atualmente podem ser encontrados tanto a criação de bovinos e ovinos de corte em lotes cujos titulares são agricultores originários do norte do Rio Grande do Sul, quanto determinados cultivos, até então não muito comuns em suas vidas, incorporados em lotes cujo titulares são da própria região (Chelotti, 2009). Segundo esse autor, pode-se dizer então que dois espaços culturais distintos foram aproximados através da luta pela terra. Assim, ao mesmo tempo em que os assentados transformam a realidade regional, eles também são transformados.

Diante do sentido político que há na luta pela reforma agrária, também se revela o juízo de valor diante da atividade produtiva da pecuária de corte, pois esta é compreendida com algo que remete à estrutura fundiária tão questionada pelos movimentos sociais do campo. No intuito de transformar o cenário agrário e agrícola da fronteira oeste com a presença dos assentamentos, também figurava no ideário militante a substituição da pecuária por outras atividades compreendidas como de maior relevância para o autoconsumo e a garantia de renda dos assentados. Esse mote está implícito inclusive nas canções entoadas pelos integrantes do MST durante seus eventos, como no seguinte trecho

E assim, já ninguém chora mais,
ninguém tira o pão de ninguém.
No chão onde pisava o boi, é feijão e arroz,
capim já não convém.(Zé Pinto)

Portanto, na relação com o movimento social, a pecuária de corte e a própria figura do pecuarista são elementos indesejáveis para os assentamentos. Tal como para os agentes locais da pecuária, para os quais essa atividade também é uma bandeira classista. Percebeu-se essa aversão inclusive durante uma das entrevistas

em que fora perpetrada a seguinte expressão por uma pessoa que acompanhava o diálogo: “Ah, os gauchinhos das areias!”. Alertando ao entrevistado, caso ele não houvesse percebido, que estávamos nos referindo com os questionamentos aos pecuaristas familiares (“gauchinhos”) assentados (“das areias”, da região de solos arenosos onde estão situados todos os assentamentos do município). O que, da mesma forma, poderia ser analisado no plano simbólico, pois não são vistos como os “gaúchos” (filhos obedientes da estância), são os “gauchinhos das areias”, como indicando com o tom pejorativo a falta de originalidade, o perfil dissidente e o pertencimento tão somente parcial ou ocasional a esta identidade.

Contudo, sendo os animais jovens (sistema de cria) o principal produto da pecuária praticada nos lotes de assentamentos, estabelecem uma relação direta e contínua com os produtores em sistema de terminação (predominante nos estabelecimentos de maior porte). Ficam assim subordinados aos invernadores para efetivar suas vendas, da mesma forma que os seus pares localizados fora dos assentamentos.

No tocante à relação estabelecida com o INCRA, apesar do contato desse órgão com as atividades produtivas ser inconstante e, em geral, indireto, há questões importantes principalmente quanto aos financiamentos proporcionados para o seu desenvolvimento. Esses financiamentos têm destinação definida e para esta não está elencada a atividade produtiva com bovinos de corte.

Isto é, os financiamentos se destinavam, exclusivamente, para a implantação de lavouras sendo proibida a aplicação de recursos em bovinos de corte. Entretanto, o entrevistado descreve que “*arrendava o seu lote para as lavouras*” (e assim comprovava o plantio das lavouras exigidos pelo financiamento) e “*com o dinheiro do financiamento comprava gado*” (RIBEIRO, 2009 p. 251).

Ou seja, fica estabelecido um cenário fictício onde as comprovações e o suporte estrutural estão baseados em justificativas distintas da realidade encontrada localmente e vivenciada pelos assentados. O que, de outra parte, provavelmente gere dados oficiais errôneos e mascare a expressão formal da condição produtiva dos assentamentos.

Diante do mercado, nas relações mercantis estabelecidas por meio dos seus produtos e serviços, há diferenças na forma de se inserirem. Assim como foi destacado para os pecuaristas familiares estudados por Sandrini (2005), alguns vendem o gado quando a família precisa de dinheiro, outros no período em que o

preço está mais elevado, e ainda os que vendem assim que o animal está pronto para o abate. Sendo que poucos declaram receber pagamento diferencial pela qualidade ou diferenciação racial do gado. E, quanto maior é o grau de mercantilização, menor é a autonomia e independência em relação ao mercado. E quanto mais distante do mercado, mas distante do olhar da sociedade capitalista.

Nesse sentido, a presente discussão está colocada justamente entre os fatores de presença e de invisibilidade diante da sociedade. Pois, a depender de onde estiverem classificados os pecuaristas familiares assentados, bem como os demais, na sua relação com a cadeia produtiva da carne, serão mais ou menos valorizados, mais ou menos visíveis.

5.2.2. A Invisibilidade

Apesar de todas as evidências já apresentadas no decorrer desta discussão, encontradas nos relatos dos entrevistados e nos locais, onde esse sistema de produção se desenvolve, há um elemento paralelo permanente: a negação. Nota-se a tentativa de esconder e tornar invisível essa prática, minimizando a sua importância ou mesmo justificando seu abandono de parte dos setores técnico, político e de organização social.

No trecho a seguir serão destacadas algumas formas em que se identificou a referida negação.

Quando perguntados se identificavam a existência de pecuária de corte nos assentamentos, as respostas foram: “Aparece pouco, mas tem” (entrevistado n. 3); “Muito pouco, são poucos assentados envolvidos na pecuária de corte”, ou, “Não se estimula mais a pecuária de corte porque o número de envolvidos é muito pequeno” (entrevistado n. 1); “Não sei te falar, porque não temos ligação com os grande, e essa pecuária é mais nos grande. A ovinocultura sim, tem nos pequenos, mas mais é pra consumo. De significativo não, mas tem. [...] Não vejo nos assentamentos o corte. Andando, o que se vê é o leite.” (entrevistado n. 2). As respostas, no caso dos assentados pecuaristas, foram referentes ao número de lotes e tipo de assentados envolvidos com a atividade, já apresentadas no item 5.3.1.

O trabalho invisível; - visão de negação do trabalho pela opção para a pecuária.

A opção pela pecuária de corte também fica relacionada nas falas com a visão de negação do trabalho: “Esses da pecuária de corte tem só essa atividade, e talvez isso seja um fator complicado. (...) Adaptam essa atividade por ser mais fácil de manejar (pra não dizer que dá menos serviço!)” (entrevistado n. 1); “Se acha autosuficiente, na visão mais tradicional... Ele tem a visão de que é o fazendeiro” (entrevistado n. 3)

E, por terem essa percepção que praticamente anula a própria existência dos assentados pecuaristas familiares, os demais agentes “desviam” suas ações desses atores e de suas atividades. A opção por minimizar a importância da pecuária de corte fica evidente na declaração de que

Não existe orientação voltada para corte. O fomento é no leite. O acompanhamento que existe se dá porque ele está ali se desenvolvendo e tem que auxiliar. E, normalmente, quando tem, é junto com o leite, nas demandas comuns. O leite é prioridade porque consegue agregar renda mensal, mas a pecuária de corte vem à reboque do leite (alimentação, mineralização, sanidade). Se casa o assunto, eles participam. (entrevistado n. 3)

O produto invisível;

Os dirigentes do movimento social, que são agentes em constante evidência em todas as atividades nas quais está envolvido o movimento e a situação dos assentamentos em geral, também figuram na invisibilidade da pecuária familiar. Seja por motivos políticos, culturais, seja pela automática inserção na lógica da sociedade diante dessa atividade ou por fatores que não tenha se conseguido aqui identificar. E, apesar de extremamente contraditório, mesmo adotando-a como a própria estratégia de reprodução social familiar, as lideranças dos assentados ignoram como tal a produção de bovinos de corte nos assentamentos.

Recordem-se os indicativos, nas entrevistas aqui apresentadas, da estratificação dos pecuaristas assentados, afinal foram ali identificados como grupo recorrente os dirigentes do movimento social, assim como outros atores que desempenham alguma função para além da produção agrícola. Assim como no

trabalho de Ribeiro (2009), indicando se tratar de um grupo que tem a adoção da pecuária de corte como alternativa recorrente para a região da fronteira oeste.

Os outros dois entrevistados (n. 3 e 4) fazem parte da liderança dos assentados. As suas trajetórias estão vinculadas às Cooperativas. Como participantes tiveram experiências de trabalho ocupando áreas de forma coletiva com atividades diversas como milho, soja, suínos, aves, hortigranjeiros, gado de leite e confinamento de bovinos de corte.

A partir do fim da coletivização e com a separação em lotes individuais os entrevistados optaram pela bovinocultura de corte, devido às condições de mão-de-obra (ambos têm outra atividade nas Cooperativas) e de tamanho do lote (afirmam que os lotes são muito pequenos para a produção de leite). Ainda se pode constatar que estes dois entrevistados acabaram aumentando suas áreas através do arrendamento de mais um e mais dois lotes de assentados vizinhos, totalizando áreas de 50 e 75 há, respectivamente, utilizando alguns financiamentos para cercarem a área. (RIBEIRO, 2009, p. 251-252)

Ou seja, o produto da pecuária de corte está invisível, mesmo que se configure como garantia evidente da capacidade produtiva de lotes. Como por exemplo, para esses casos supracitados, em que o limitante está na mão-de-obra disponível no cotidiano das atividades produtivas do assentamento.

A renda invisível;

Conforme fora verificado nas seções anteriores, o contraditório é uma constante na negação da existência e da importância da pecuária de corte para os assentamentos. Em especial, para a renda produzida por ela, essas negativas são ainda mais incisivas.

Nunca se fez um debate maior da importância da pecuária de corte, da importância da renda. Porque custa muito a dar retorno. Pra manter a unidade precisa de outras atividades que dêem retorno mais rápido. (entrevistado n. 1)

Embora no decorrer da discussão seja assumida a existência da atividade, é notória a insistência para sua incapacidade de garantir a reprodução social das famílias. Sendo assim, o que justificaria a permanência desses pecuaristas na atividade durante praticamente os vinte anos de história dos assentamentos na região?

Apesar de tratarmos nessa ocasião das lógicas mais gerais dessa determinada atividade produtiva da pecuária familiar como um ramo da agricultura familiar sem nos atermos ao tema da renda gerada nas unidades de produção, é importante

salientar alguns aspectos da microeconomia e da proposta Chayanoviana (Chayanov, 1990) para a presente análise. Pois, conforme esse autor destaca, mais importante do que a renda agrícola, é a renda familiar dessas unidades. Caso a renda monetária obtida com este ou aquele produto deixe de ser a principal, modificam-se algumas estratégias internas pelos membros da família. Por exemplo, o fato da criação bovina funcionar essencialmente como reserva de valor para algumas famílias, retira-a da circulação mais freqüente de mercadorias, não configurando-se em renda periódica imediata. De outra forma, também existe uma circulação significativa de sua produção que não é transformada em valor monetário direto. Por exemplo, no pagamento e terneiros por serviços ou outros produtos, ou mesmo a carne utilizada pela família como autoconsumo.

Tal condição não é exclusividade dos produtos da pecuária de corte circulantes nos assentamentos, mas uma realidade para a pecuária e a agricultura familiar em geral.

6. CONCLUSÕES

De acordo com os resultados apresentados neste estudo, foi possível confirmar a hipótese previamente levantada a respeito do tema. Ou seja, existe e se processa a dupla invisibilidade do pecuarista familiar assentado. Seja diante da sociedade (realidade de toda a pecuária familiar), seja na atuação específica para a reforma agrária (MST, INCRA, assessoria técnica). Seu trabalho, seus produtos e sua renda, como tal, são ignorados e ficam assim minimizados também suas relações e estratégias de reprodução social perpetradas.

Durante as investigações, foram lembradas inclusive atividades estimuladas inicialmente nos assentamentos e que ficaram abandonadas ou foram destruídas em função da frustração, tais como a construção de aviários e abatedouros. Foram evidenciadas também as lavouras de grãos, como a soja, que não ocupam sequer 5 % dos lotes e sucessivamente apresentam resultados econômicos negativos. Até mesmo o plantio de nogueiras, cujas mudas foram distribuídas em número de 100 para pouquíssimos lotes, foi mencionado. Ou seja, atividades que teriam muito menos representatividade e significância por não perdurarem ou não estarem estabelecidas são destacadas em detrimento da pecuária de corte. Sendo esta atividade constantemente referenciada como inviável para a reprodução social dos lotes de assentados da reforma agrária.

Ao superar-se a visão estritamente econômica dos produtos que gera, considerando a observação sistêmica dessa atividade no contexto dos assentamentos, as impressões a seu respeito serão distintas do exposto anteriormente, em função a sua importância social, econômica e ambiental. Seja pela renda gerada, pelo envolvimento promovido internamente nos lotes e assentamentos, pela relação intrínseca com os recursos naturais (campo nativo), entre outros fatores a serem considerados.

Salienta-se que, a análise com centralidade no produto e nas trocas de mercado a partir das cadeias produtivas ou *filiéres* possa ser enfoque importante para análise econômica clássica. Todavia, suas abordagens minimizam a diversidade ambiental e sociocultural correlacionada aos sistemas produtivos desenvolvidos em cada região, ou mesmo as subordinam tão somente como variáveis que determinam ou são determinadas pelos fatores econômicos. Esse

modo bastante difundido de abstração da realidade considera, para fins de análise, setor primário, secundário e terciário, classificando aí as atividades segundo seu posicionamento e importância na cadeia produtiva. A opção de utilizá-lo prioritariamente como método de análise da organização do espaço agrícola e agrário traz como consequência justamente a atribuição de maior importância para aqueles grupos mais interligados com o setor industrial e comercial.

E, conforme se pôde observar nos resultados apresentados no presente estudo, é provável que o reflexo do enfoque “por produto” também se revele nas ações de assistência técnica e extensão rural, na organização política, nas políticas públicas, programas de governo, etc. Mesmo para o movimento de organização social, que visa equidade e propõe uma intervenção diferenciada, com enfoque nos territórios (espaços ocupados pelos assentamentos) e suas relações, na efetividade de sua atuação foca as cadeias produtivas. Tais opções acabam determinando menor atenção àqueles que optam por desenvolver determinada atividade que tenha menos correlação com a mercantilização de seus fatores, como é o caso da pecuária de corte.

A carne bovina é produto extremamente valorizado no mercado interno e externo. E a metade sul do RS paga um custo social muito alto em função do setor público destinar aos empresários do agronegócio os incentivos, amparo de políticas públicas e responsabilidade pela produção de carne bovina. À agricultura familiar, que recebe algum amparo por meio de políticas públicas específicas, tem sobrado no sul do Brasil o ônus do baixo preço pelo produto das criações de aves, suínos e bovinos de leite, e pela grande demanda de mão-de-obra em jornada de trabalho intensiva. Além da precariedade das relações de trabalho nos modelos de integração com os gigantes do sistema agroindustrial. A bovinocultura de corte, que predomina comercialmente nos estabelecimentos patronais, não está considerada para esse universo, e aí reside um forte elemento da sua invisibilidade nos ambientes da agricultura familiar – a autonomia diante do mercado.

Contraditoriamente, fatores como essa referida autonomia e o perfil de produção da pecuária de corte com baixa utilização de insumos e convívio com os recursos naturais são defendidos pelos movimentos sociais do campo e organizações correlatas. São apontados por estudos e orientações políticas na defesa da agroecologia de do modo de produção camponês preconizados para os

assentamentos. Para este e para outros tantos aspectos observados neste trabalho a contradição foi um artifício permanente.

Enfim, era finalidade deste trabalho avançar em relação aos apontamentos feitos principalmente por Ribeiro (2009) e pela observação da presença da pecuária de corte familiar nos assentamentos quando do trabalho in loco na função de agente de ATES. Deste modo, procurar desvendar o advento de sua negação no decorrer desses vinte anos de reforma agrária na fronteira oeste em que ela persiste como uma opção segura de produção e comercialização. E foi o que procurou-se fazer no decorrer das análises e conclusões do presente estudo. Entretanto, de modo a colaborar para a caracterização da forma de se fazer a pecuária de corte nos assentamentos e deixar uma contribuição adicional, o que ainda se pode retirar dos dados obtidos sobre a atividade é que:

- Representa a opção produtiva de aproximadamente 10% do total dos lotes de assentamentos em Santana do Livramento, o que pode ser extrapolado para a região;
- É desenvolvida tanto por agentes locais, quanto por oriundos de outras regiões
- Tem como principais motivações para o seu desenvolvimento: o conhecimento sobre a atividade; menor risco relativo; maior adaptabilidade aos condicionantes naturais e socioeconômicos regionais, a pouca disponibilidade de mão de obra;
- Aparece como monoatividade, mas também em conjunto com leite e arroz para fim comercial, ou com plantas de cercado para autoconsumo;
- Os sistemas de criação mais praticados são: cria e terminação.

BIBLIOGRAFIA

ALENDE, C. R. M. **Estudo dos sistemas de produção dos agricultores familiares da fronteira oeste do rio grande do sul.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

BONI, Valdete; QUARESMA; Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.** Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. < http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em 05/12/2008.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974, 339 p.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. **A reforma agrária na campanha gaúcha: a (re) construção de espaços socioculturais.** Simpósio “Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas”. Uberlândia, 2006. Disponível em < <http://www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br/trabalhos/>> Acesso em: 10/ 2009.

_____. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007).** Tese (Doutorado em Geografia), PPGEO/UFU, Uberlândia, 2009.

COTRIM, M. S. **“Pecuária familiar” na região da serra do sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999- 2002).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) CPDA /UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

FARINATTI, L. A. E. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil 1825 – 1865.** Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento:** interpretações sobre comportamento coletivo. 2005. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GARCIA, G. B. **O domínio da terra:** conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS. Porto Alegre, 2005.

GOLIN, T. **Identities:** questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Meritos, 2004. 111 p.

MATOS, K. S. L. de; VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional:** o prazer de conhecer. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MENEZES, Antonio José Elias Amorim de. **Análise econômica da “produção invisível” nos estabelecimentos agrícolas familiares no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranha, Município de Nova Ipixuna, Pará.** 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Belém, 2002. Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1682>> Acesso em: fev, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Sueli Ferreira, GOMES, Romeu. **Pesquisa Social;** teoria método e criatividade. Petrópolis, Editora Vozes, Ed. 25, 2007.

NESKE, Márcio Zamboni. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural:** o caso da Pecuária Familiar no Território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2009. Série PGDR, Dissertação n 104.

PORTO, Rafael Gastal *et al.* **Pecuária Familiar:** a emergência de uma categoria social no sul do Brasil. RESR, Piracicaba, SP, vol. 48, nº 02, p. 473-494, abr/jun 2010.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do rio grande do sul.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2009.

SÁ BRITO, Andréia Nunes. **Entre o corredor e a estância:** dinâmicas sociais e produtivas na APA do Rio Ibirapuitã. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. 2010, 160 p.

SANDRINI, Gisléia Benini Duarte. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia da carne.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SUERTEGARAY, D. m. A., SILVA, L. A. P. Tchê pampa: histórias da natureza gaúcha. In: PILLAR, Valério de Patta et al. **Campos sulinos:** conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso, GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: **Lavouras de destruição:** a (im)posição do consenso. Org, Althien Teixeira Filho, Pelotas: Semapi, 2009.

ANEXO

Anexo A – Roteiro

- ✚ Como caracteriza a produção agrícola no município?
- ✚ Qual a sua opinião sobre a pecuária de corte?
- ✚ Como caracteriza a produção agrícola no assentamento?
- ✚ Como é a orientação técnica para as atividades produtivas?
- ✚ Identifica a existência de pecuária de corte no assentamento? Por quê?
- ✚ Porque não existe orientação específica para a pecuária de corte?
- ✚ Para agente externo ao assentamento (Sec. Agricultura ou Conselho Agropecuário)
- ✚ Qual a sua opinião sobre a pecuária de corte praticada nos assentamentos?